



Alegre - ES, 03 de dezembro de 2020.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 049/2020

A Constituição Federal elegeu como forma ordinária para o ingresso no serviço público, à modalidade do Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos (art. 37, inciso II), admitindo somente em casos excepcionais, a contratação direta e temporária pela Administração Pública, segundo critérios previamente delimitados, (artigo 37, inciso IX), cuja observância deve ser rigorosamente atestada, sob pena de esvaziamento da regra pela exceção.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

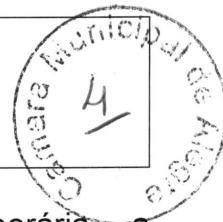
II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...)

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Dessa forma, a licitude da contratação temporária está condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos constitucionais: 1. previsão legal das hipóteses de contratação temporária; 2. realização de processo seletivo simplificado; 3. contratação por tempo determinado; 4. atender necessidade temporária; 5. presença de excepcional interesse público.



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Gabinete do Prefeito



Não preenchido qualquer requisito necessário à contratação temporária, a Administração Pública não utiliza esta modalidade de contratação, sob pena de ofensa à obrigatoriedade do concurso público, tornando o ato nulo, consoante § 2º do artigo 37 da Constituição Federal.

Assim, por expressa determinação constitucional, o ente político interessado em se valer do instituto deve regulamentar, por meio de lei, os casos de contratação temporária de pessoal, estabelecendo as hipóteses e situações que poderão justificar a sua realização, observando os requisitos elencados acima e devendo ter como norte os princípios da razoabilidade e da moralidade.

Registra-se que no âmbito do Município de Alegre, para cada caso de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Executivo Municipal requisita autorização legislativa específica para a contratação, prática essa que não é ilegal, mas revelou-se burocrática e ineficiente.

Segundo a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, tem como requisito lei que estabeleça os casos de contratação, mas isso não significa a obrigatoriedade de se editar uma lei específica para cada caso possível de contratação temporária.¹

É possível uma norma geral sobre o tema, mas que decline especificadamente as situações e atividades de relevo ensejadoras para tal modalidade de contratação.

Desta forma, vem esta Lei para regulamentar, na forma proposta na Constituição Federal, as condições e os requisitos que doravante deverão ser observados para a formalização da contratação temporária de servidores públicos no âmbito do Poder Executivo do Município de Alegre.

¹ "A lei estabelecerá as situações específicas autorizadoras da contratação temporária, sendo, a priori, desnecessária a exigência de uma lei para cada situação específica de contratação (...) em suma, sob pena de incompatibilidade com a Constituição, deve a lei especificar quais são as atividades relevantes para a contratação temporária, demonstrando a real existência de necessidade das mesmas". (DI PIETRO, MOTTA e FERRAZ, 2011, p. 70).



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Gabinete do Prefeito



Em razão do exposto, e considerando a existência de interesse público devidamente justificado, encaminhamos com pedido de tramitação em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município Alegre/ES.

Atenciosamente,

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR

Prefeito Municipal



APRESENTAÇÃO – NOVA LEI DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

1. Disposição Constitucional

A regra para contratação de servidores públicos para cargos e empregos em geral, previstos na Constituição Federal, é pela via do concurso público.

Uma das ressalvas a essa regra está prevista no artigo 37, inciso IX, da CF.

Art. 37. [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

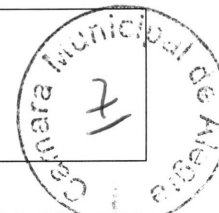
A licitude da contratação temporária está condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos constitucionais: 1. previsão legal das hipóteses de contratação temporária; 2. realização de processo seletivo simplificado; 3. contratação por tempo determinado; 4. atender necessidade temporária; 5. presença de excepcional interesse público.

Os Tribunais pátrios já decidiram em várias ocasiões sobre a exigência para que os Municípios elaborem lei regulamentando a contratação por tempo determinado, contemplando suas necessidades e especificidades, não se aplicando de forma automática a legislação de outros entes.

Assim, vem esta Lei para regulamentar, na forma proposta na Constituição Federal, as condições e os requisitos que doravante deverão ser observados para a formalização da contratação temporária de servidores públicos no âmbito do Poder Executivo do Município de Alegre.

2. O que dispõe a Nova Lei de Contratações Temporárias?

- Disciplina todas as contratações temporárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;



- Estabelece rol exaustivo, dos casos específicos e extraordinários em que as contratações temporárias poderão ocorrer;
- Estabelece o prazo de vigência dos contratos temporários das hipóteses previstas.

3. O que acontece com os contratos em vigor na data de publicação da nova legislação?

As contratações temporárias de servidores públicos formalizadas antes da entrada em vigor da nova lei permanecerão válidas até o seu encerramento, sendo regidas nos respectivos termos contratuais (artigo 14).

4. Quais as hipóteses em que será permitida a contratação temporária e quais os respectivos prazos máximos para a celebração do contrato?

A Lei definiu, em seu art. 2º, um rol exaustivo das situações de excepcional interesse público que admitem a contratação temporária, fixando os prazos máximos de vigência dos respectivos contratos estabelecidos no art. 4º:

- **6 meses – prorrogáveis por igual período:**
 - ✓ Assistência a situações de calamidade pública (inciso I);
 - ✓ Assistência a situações de emergências em saúde pública, inclusive surtos epidemiológicos (inciso II);
- **12 meses – prorrogáveis por igual período:**
 - ✓ Contratação para substituir servidor efetivo que esteja afastado de seu cargo (inciso V);
 - ✓ Prestação de serviços públicos essenciais ou urgentes, caso as vagas ofertadas em concurso público não tenham sido completamente preenchidas (inciso VIII);
 - ✓ Atividades especializadas de apoio a alunos com deficiência (inciso IX).
- **24 meses – prorrogáveis por igual período:**



Prefeitura Municipal de Alegre Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito



- ✓ Contratação de professor substituto para suprir a falta na respectiva carreira nas hipóteses previstas no inciso IV;
- ✓ Contratação de pessoal em casos de programas de governo temporários (inciso III).

- **36 meses – vedada a prorrogação:**

- ✓ Atividades técnicas especializadas decorrentes da implantação de novos órgãos ou novas entidades públicas, da efetivação de novas atribuições definidas para o órgão ou entidade pública, ou do aumento transitório no volume de trabalho (inciso VI);
- ✓ Atividades técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, que não se caracterizem como atividades permanentes do respectivo órgão ou entidade (inciso VII).

✓

5. Poderá ser contratado servidor com vínculo efetivo de trabalho?

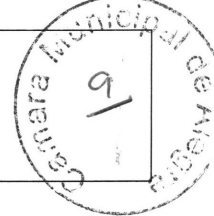
É proibida a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas (art. 6º).

A contratação temporária de servidor efetivo somente será possível quando os vínculos decorrentes do cargo efetivo e da função temporária se enquadrarem em uma das hipóteses constitucionais de acumulação de cargos públicos previstas no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;



c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

A infração do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato, em responsabilidade administrativa do contratado, bem como, se for o caso, em responsabilidade quanto à devolução dos valores indevidamente pagos ao contratado.

6. Que requisitos devem fundamentar a decisão do gestor nas novas contratações com base no art. 2º da Lei?

O gestor do respectivo órgão ou entidade pública municipal, deverá fundamentar sua decisão com os seguintes requisitos (art. 5º):

- Justificativa da necessidade temporária de excepcional interesse público;
- Enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 2º da Lei;
- Indicação da dotação orçamentária específica.

7. Qual o procedimento que devo observar para realizar novas contratações temporárias?

- Requerimento de contratação com decisão fundamentada do gestor;
- Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município;
- Autorização do Chefe do Poder Executivo;
- Realização de Processo Seletivo Simplificado;
- Efetivação da Contratação Temporária.

8. Como será o procedimento de recrutamento de servidores temporários a partir da entrada em vigor da nova Lei?

Não há necessidade de realização de concurso público, bastando um processo seletivo simplificado (art. 3º), ao qual deverá ser dada ampla publicidade no site do oficial e no portal da transparência do órgão ou entidade contratante e a divulgação no Diário Oficial da Imprensa.



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Gabinete do Prefeito



Essa regra vale para as contratações temporárias enquadradas no artigo 2º.

9. Que regulamentação poderá ser observada para realização do processo seletivo simplificado?

A administração deverá providenciar a elaboração de Decreto Municipal que regulamente a Lei em questão, em sincronia com a atuação do Governo Federal (Decreto Federal nº 4748/2003, que regulamenta a Lei Federal 8745/93).

10. Quais os direitos previstos aos servidores contratados por esta Lei?

Os servidores contratados nos termos desta Lei vincular-se-ão obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social.

Direitos	Licenças ou Afastamentos
I – Décimo terceiro salário proporcional ao tempo de serviço;	I – Maternidade, por 120 dias;
II – Gozo de férias nas hipóteses de contratos com prazo superior a 12 (doze) meses;	II – Paternidade, por 05 dias;
III – Indenização e adicional de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado;	III – Casamento, por 08 dias;
IV – Repouso semanal remunerado;	IV – Falecimento de pessoa da família até o 2º grau, por 08 dias;
V – Adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, na forma da lei.	V – Para tratamento de sua saúde ou por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença profissional.

Aplicar-se-ão aos servidores contratados temporariamente os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos integrantes do órgão a que forem subordinados, além daqueles descritos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alegre, com suas alterações posteriores.



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Gabinete do Prefeito



11. O que é vedado aos servidores contratados por esta Lei?

- I – exercer atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

12. Em que situações o contrato pode ser rescindido ou extinto?

O contrato firmado de acordo com esta Lei será rescindido ou extinto, sem direito à indenização (art. 13):

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o órgão contratante da decisão com 30 dias de antecedência;
- III – por conveniência do órgão ou entidade pública contratante.